

PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL RURAL INTEGRADO*Pedro Sisnando Leite (\*)*

**Resumo:** Desenvolvimento regional rural integrado é uma nova estratégia de planejamento e execução do desenvolvimento econômico tomando por base o espaço rural. Essa concepção tem como diretriz fundamental a transformação da agricultura e a solução dos problemas econômicos e sociais das comunidades do interior, de modo harmônico e segundo princípios de justiça social compatíveis. A base dessa doutrina é a consideração simultânea dos aspectos físicos, econômicos, sociais e organizacionais, no processo de crescimento, assim como da integração equilibrada dos setores agrícola, industrial e de serviços no próprio espaço rural. O uso indiscriminado da terminologia "desenvolvimento rural integrado", contudo, tem motivado o surgimento de muitas dificuldades para o real entendimento e aplicação adequada dessa metodologia, tanto no Brasil como em outros países subdesenvolvidos. Este ensaio pretende explicar, didaticamente, em que consiste o mencionado enfoque, com o propósito de facilitar o estabelecimento da distinção entre desenvolvimento agrícola, desenvolvimento rural e desenvolvimento regional rural integrado. Com este propósito, o trabalho inicialmente tenta conceituar o desenvolvimento rural integrado destacando, em seguida, os principais aspectos desta estratégia política, baseada no princípio da eliminação da pobreza através da mobilização dos recursos locais e humanos das zonas rurais. O planejamento e a execução do DRI requerem cuidados especiais de concepção e participação, bem como arranjos administrativos peculiares para implementação, acompanhamento e revisão do plano, conforme destaca este trabalho. Em suma, este estudo intenta explicar os princípios do novo método político e social do desenvolvimento rural, denominado DRI.

---

(\*) O autor é chefe da Coordenadoria de Estudos Agropecuários do BNB/ETENE e professor de Desenvolvimento Econômico da Faculdade de Ciências Econômicas e do Curso de Mestrado de Economia Rural do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará.

## Introdução

A despeito de significativas taxas de crescimento do setor industrial, o desenvolvimento econômico dos países do Terceiro Mundo não tem sido satisfatório, especialmente do ponto de vista das condições sociais da maioria da população.

Um problema de vital importância com que se defrontam os atuais países em desenvolvimento, no contexto dessa situação, é suprir as zonas rurais dos conhecimentos e meios técnicos para a modernização, de acordo com as aptidões da população, e a criação de novas oportunidades de emprego nas próprias zonas rurais, para neutralizar o rápido crescimento da população e desemprego urbano e rural existentes nesses países.

A falta de uma política adequada para enfrentar este problema tem resultado na desintegração do quadro rural desses países, sem que o progresso econômico da cidade e do campo estejam sendo atingidos.

De fato, as tentativas de adoção nos países subdesenvolvidos do modelo fundamentado na industrialização têm motivado grandes desequilíbrios econômicos e sociais no tocante à produtividade agrícola, concentração da renda pessoal, desemprego e pressões sociais preocupantes. Presencia-se hoje o colapso das políticas desenvolvimentistas estimuladoras da urbanização e do culto ao industrialismo e ao rápido crescimento do Produto Nacional Bruto. O grande desafio dos países do III Mundo é libertar-se dessa orientação equivocada e adotar novas estratégias compatíveis com as suas realidades, problemas e possibilidades.

É por isso que os governantes e técnicos desses países têm buscado novas estratégias, especialmente no tocante ao desenvolvimento da agricultura. Objetivam com isso a criação de oportunidades econômicas e a melhoria das condições de vida no âmbito rural, a fim de atenuar a atração das cidades e obter um crescimento econômico mais equilibrado geográfica e socialmente.<sup>(1)</sup>

Este pequeno trabalho tenta explicar, didaticamente, alguns aspectos da concepção da estratégia de desenvolvimento do espaço rural, denominada tecnicamente de "desenvolvimento regional rural integrado", a qual, atual-

---

(1) Alexandre Berler & outros. "Urban-rural relations in Israel". Tel Aviv, Settlement Study Centre, 1979. "Take-off stage of a new tow in Israel". Tel Aviv, Settlement Study Centre, 1979.

mente, está sendo adotada em muitos países em desenvolvimento, inclusive no Nordeste do Brasil através do programa POLONORDESTE.

### O Conceito de DRI

Desenvolvimento rural integrado significa uma nova concepção de planejamento e execução do desenvolvimento agrário segundo a "ideologia" de que a população rural deve ser contemplada neste processo segundo razões sócio-econômicas e de equidade.

Um dos elementos importantes desta estratégia, no caso do Nordeste do Brasil, é a eliminação ou redução das emigrações para as cidades metropolitanas congestionadas, provendo:

- a) oportunidades de emprego não-agrícola nas próprias zonas rurais;
- b) fortalecimento das cidades rurais existentes ou criação de condições de apoio urbano indispensável às atividades econômicas do interior;
- c) interiorização, pelo processo de agropolização, das condições mínimas de vida para a população e de infra-estrutura para as indústrias rurais e serviços sociais;
- d) modernização e organização da agricultura como pré-requisito para a concretização dos objetivos anteriores.

A nova estratégia utiliza como um dos instrumentos para o alcance das metas sociais o crescimento econômico, a modernização e o aumento da dimensão econômica das áreas rurais, mediante:

- a) mobilização dos recursos humanos e melhor aproveitamento dos recursos naturais e de infra-estrutura existentes;
- b) garantia do acesso dos pequenos agricultores e menos privilegiados aos recursos produtivos e aos serviços de suporte necessários à produção;<sup>(2)</sup>
- c) criação de oportunidades de emprego e melhoria da distribuição de renda e do poder de compra da população rural;
- d) integração intersetorial da agricultura, indústria e serviços, no

---

(2) B. S. Bhooshan. "Towards alternative settlement strategies: the role of small and intermediate centers in the development progress". New Delhi, Heritage Publishers, 1980.

- próprio quadro rural, levando em conta os aspectos físicos, econômicos, sociais e organizacionais;
- e) melhoria das condições de alimentação, saúde, educação, habitação e outras necessidades básicas;
  - f) motivação e mobilização das populações em programas de ações de auto-ajuda e de participação no planejamento e execução dos planos integrados.

Enfim, a diretriz básica do DRI tem como finalidade transformar a agricultura e resolver os problemas econômico-sociais das comunidades do interior de modo harmônico, e, segundo padrões de justiça social, o mais eqüitativamente possível.<sup>(3)</sup>

O conceito de DRI vem sendo utilizado com vários significados.<sup>(4)</sup> É por isto que hoje, no Brasil, praticamente todos os projetos e programas para a agricultura são denominados de "integrados".

Esta popularidade e uso inadequado do termo podem confundir as pessoas não-especializadas no assunto e dificultar a própria adoção das medidas a que verdadeiramente se propõe a estratégia de DRI. Além disso, a confusão aumenta quando se sabe que existem diferenciações de pontos de vista do que seja DRI entre os próprios economistas, além daqueles projetos denominados como DRI, mas que, realmente, não contêm os elementos indispensáveis ao verdadeiro conteúdo e finalidade dessa metodologia. Neste último caso, é como se a economia brasileira fosse classificada de "socialista" apenas porque o governo participa substancialmente da economia. Do mesmo modo, não teria correspondência com a realidade se fosse dito que, atualmente, a França não é "capitalista" porque o presidente pertence ao partido socialista. Ou seja, tanto o "socialismo", ou o "capitalismo", por exemplo, como o "desenvolvimento rural integrado", somente se realizam plenamente se os elementos ideológicos e práticos corresponderem ao modelo pretendido.

A existência de um ou poucos dos elementos necessários não é suficiente. Torna-se indispensável para a validade da metodologia de DRI que

---

(3) V. W. Ruttan. Integrated rural development programs: a skeptical perspective. *Dev. Rev.*, nº 17, 1975.

(4) UNDP/FAO. *Iring a Region. Tanzania: Integrated rural development proposals for the third five-year plan - 1979-81*, Rome, 1976.

estejam presentes, e considerados no planejamento, todos os ingredientes do "pacote", bem como as pré-condições essenciais.

Com o propósito de esclarecer um pouco mais esta questão, encontra-se na figura 1 uma tentativa de classificação dos vários tipos de projetos agrícolas (referente a produtos específicos) e rurais (atinentes ao espaço rural e às atividades existentes nesta área).

O desenvolvimento agrícola geral, naturalmente, depende de vários fatores econômicos, além das condições naturais: investimento, insumos, atividades de apoio, incentivos, fomento, capacitação de técnicos e dos agricultores etc.

A adoção de políticas econômicas para a agricultura, porém, poderá abranger um único destes fatores ou todos eles, conjuntamente. Assim, podem existir projetos especificamente de natureza agrícola nos quais poderiam estar contemplados, também, os problemas da comercialização e mercado, créditos à produção, pesquisa agrônômica, construção de estradas da fazenda aos mercados e atividades de apoio. Mesmo assim, estes projetos continuariam sendo "Projetos de Desenvolvimento Agrícola" e não de DRI.

Por outro lado, existem os projetos de desenvolvimento "rural" sem componente agrícola. Neste caso, seriam os projetos que visam à instalação de indústrias rurais, obras públicas rurais, projetos ou melhoramentos comunitários, atividades recreativas e culturais, serviços sanitários, atividades religiosas etc.

Em outras palavras, tanto o primeiro tipo de projeto como o segundo não podem e não são isoladamente projetos de "desenvolvimento rural integrado", mesmo que contemplem várias atividades complementares. O enfoque do desenvolvimento rural integrado, como explica o Dr. Raanan Weitz, "baseia-se numa estratégia claramente definida e numa determinada metodologia de planejamento que delineia a seqüência de atividades e conduz à execução subsequente", fundamentadas em três pressupostos: (1) crescimento agrícola como chave do desenvolvimento rural; (2) desenvolvimento da agricultura simultâneo com os setores industrial e dos serviços; (3) ênfase das forças sociais como elemento do processo de desenvolvimento rural.<sup>(5)</sup>

---

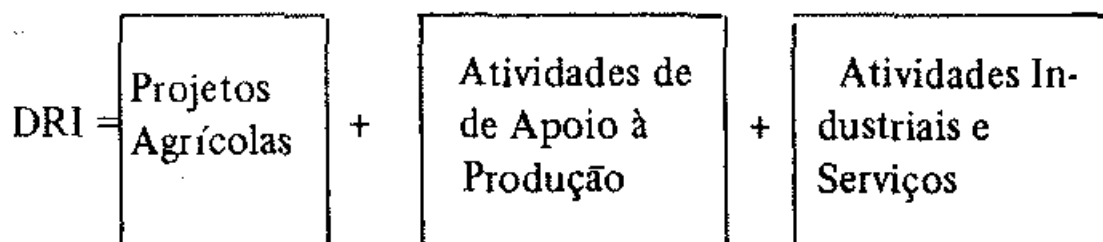
(5) Raanan Weitz. "Desenvolvimento rural integrado". Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, 1979.

O desenvolvimento rural integrado, conforme Manfred Leupolt, especialista das Nações Unidas, “é distinto do desenvolvimento agrícola e rural porque, do ponto de vista político, se atribui maior importância ao desenvolvimento e utilização de recursos humanos na busca de um acesso mais equitativo aos recursos e distribuição de renda mais justa”.

H. E. Voelkner, consultor da FAO, estabelece quatro estágios para definir projetos de desenvolvimento rural integrado, avaliados de menor a maior integração: (6)

- a) **projetos a nível macro**, que incluem algum suporte para o desenvolvimento rural, constituindo o grau mais baixo da escala;
- b) **projetos componentes**, os “mono-subject-projects” (esforços parciais ou setoriais), aportando para o desenvolvimento rural, embora sem atingir especificamente um grupo-objetivo;
- c) **projetos compreensivos**, que comportam a operação coordenada de vários componentes, restringidos à área geográfica ou física onde o projeto se realiza;
- d) **projetos de desenvolvimento rural integrado**, que visam à incorporação sistemática dos diversos componentes do desenvolvimento rural (horizontalmente) dentro de um sistema global e sincronizado, conectado organicamente com o desenvolvimento geral dentro do seu âmbito (verticalmente).

O verdadeiro significado de “desenvolvimento rural integrado”, de fato, é constituído da simultânea existência dos elementos dos projetos de desenvolvimento agrícola mais as atividades de apoio e, principalmente, mais as atividades de natureza não-agrícola (projetos de desenvolvimento rural sem componente agrícola). Isto é:



É muito importante, porém, não se considerar o DRI como uma soma de partes distintas, englobando um grande número de componentes. A coor-

(6) Assessment of area Projects and training in Area Planning in terms of Integrated Rural Development – FAO. Rome, 1976.

denação e ligações entre tais atividades é que determinam o verdadeiro sentido da integração.

Os mecanismos econômicos e aspectos sociais, contudo, somente podem ser combinados harmonicamente através de um sistema de planejamento abrangente e flexível de execução, seguido de acompanhamento, conforme este trabalho procura resumidamente explicar.

Enfim, o DRI visa à erradicação da pobreza mediante a satisfação das necessidades básicas de toda a população rural, pelo aumento da produção e distribuição de renda. Como afirma Dr. Raanan Weitz, "o fim desse desenvolvimento é também a promoção de pequenas cidades regionais, que sejam suficientemente atrativas no que diz respeito a serviços, habitação e recreações cultural e social, de modo a estabilizar a população no interior".<sup>(7)</sup>

Além disso, é conveniente explicitar que um dos princípios metodológicos básicos do DRI é a "função cruzada", expressa pela simultânea coordenação do planejamento no sentido vertical (de cima e de baixo) e horizontalmente. A função vertical corresponde à integração do macroplanejamento com o microplanejamento ao nível do plano regional. A função horizontal, por sua vez, abrange a coordenação dos setores econômicos (agricultura, indústria e serviços) e os elementos econômicos, sociais, organizacionais e físicos.

O plano regional, portanto, expressa os princípios do DRI em um plano geral de desenvolvimento coordenado intersetorialmente e delineado em termos físicos espaciais. "A região determina o nível em que se cruzam as duas atividades mencionadas, criando um espaço onde se estabelecem as ações horizontais e verticais".<sup>(8)</sup>

O desenvolvimento rural integrado, em suma, é uma doutrina abrangente, que almeja viabilizar o desenvolvimento econômico em moldes mais equilibrados socialmente, com o máximo de eficiência organizacional. É, em última instância, o reconhecimento do papel da indústria e da vida urbana, mas considerando estes elementos no contexto do espaço rural. Em

---

(7) Raanan Weitz. "Spatial organization of rural development". Rehovot, Settlement Study Centre, 1968.

(8) Fundação David. Projeto regional integrado do Norte de Sergipe – Betume Sequeiro. Fortaleza, BNB, 1981.

outras palavras, as atividades econômicas, segundo esta abordagem, ficam subordinadas ao espaço rural, numa inversão da perspectiva de que o desenvolvimento econômico se concentra e se irradia das metrópoles para o interior. O que o DRI pretende é viabilizar as transformações econômicas e sociais na área rural, reduzindo os desníveis existentes atualmente entre estas áreas e a vida urbana metropolitana.

### **PRINCÍPIOS BÁSICOS DO DRI, SEGUNDO O ENFOQUE DE REHOVOT**

- a) Os projetos de DRI devem abranger uma área mínima que permita a integração dos setores: agricultura, indústria e serviços.
- b) O desenvolvimento rural não pode ser obtido sem o crescimento da produção e da produtividade agrícola.
- c) O crescimento da agricultura somente pode ser alcançado gradualmente, passando por determinados estágios: agricultura de subsistência, diversificada ou mista e especializada.
- d) Uma adequada organização dos produtores agrícolas é uma pré-condição para a transformação do setor, especialmente a inter-relação entre produtores individuais e o sistema de suporte.
- e) O sistema de suporte deve ser organizado adequadamente, de acordo com as necessidades do crescimento da produção agrícola.
- f) A industrialização rural deve estar diretamente ligada à transformação da produção agrícola.
- g) A urbanização é parte do desenvolvimento rural.
- h) Ajudar o homem a adaptar-se a uma estrutura dinâmica:
  - introduzindo mudanças de acordo com o agricultor;
  - convencendo os produtores de que receberão mais renda por seu trabalho;
  - preparando os agricultores para utilizarem melhor tecnologia;
  - convencendo os produtores da necessidade de trabalhar em cooperativa.
- i) Concentrar as ações desenvolvimentistas, inicialmente em certas regiões, e adotar um método abrangente, englobando todos os componentes, instituições e estratos sociais da população.



**FIGURA 1**  
**ELEMENTOS DOS PROJETOS AGRÍCOLA E RURAL**

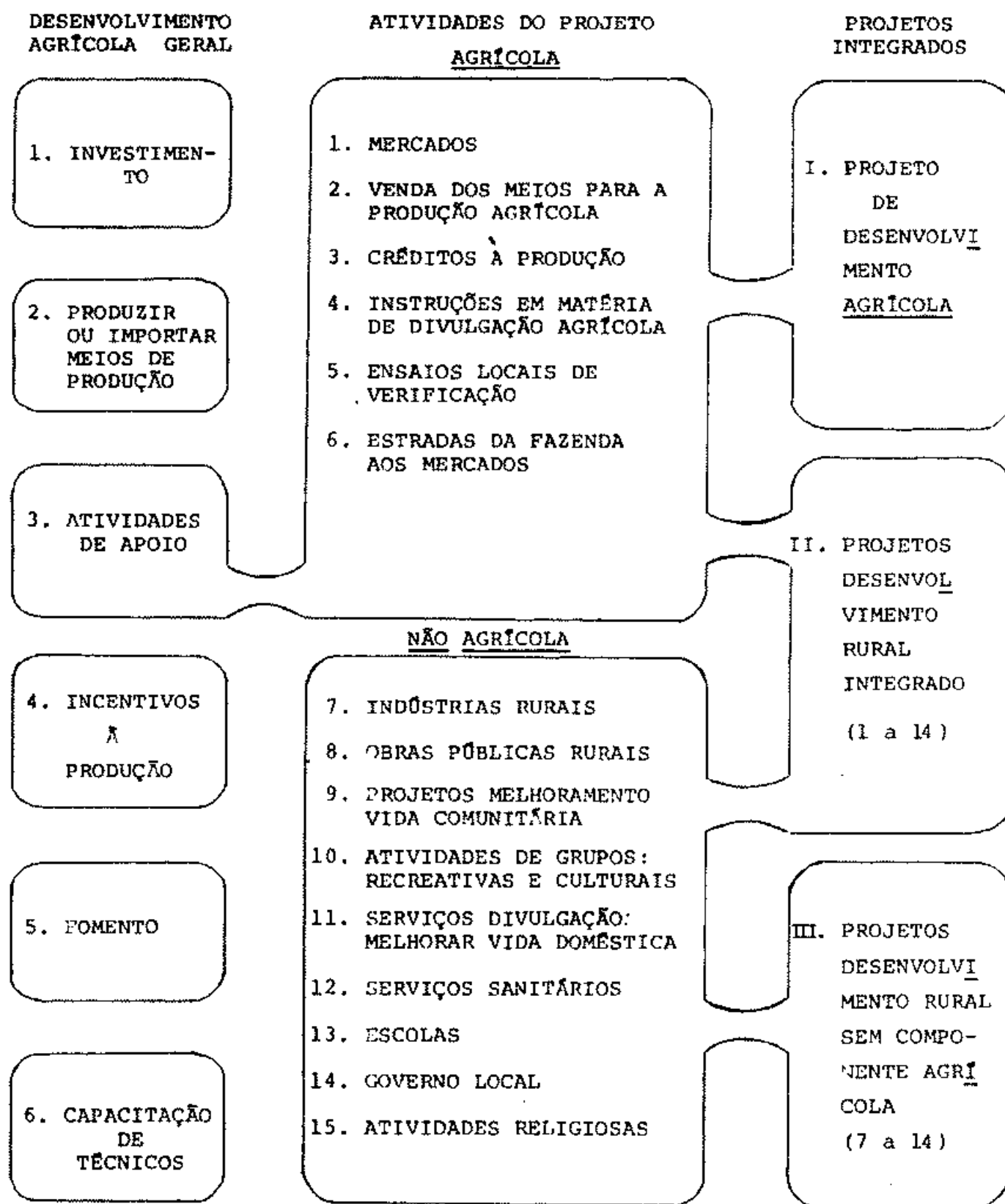
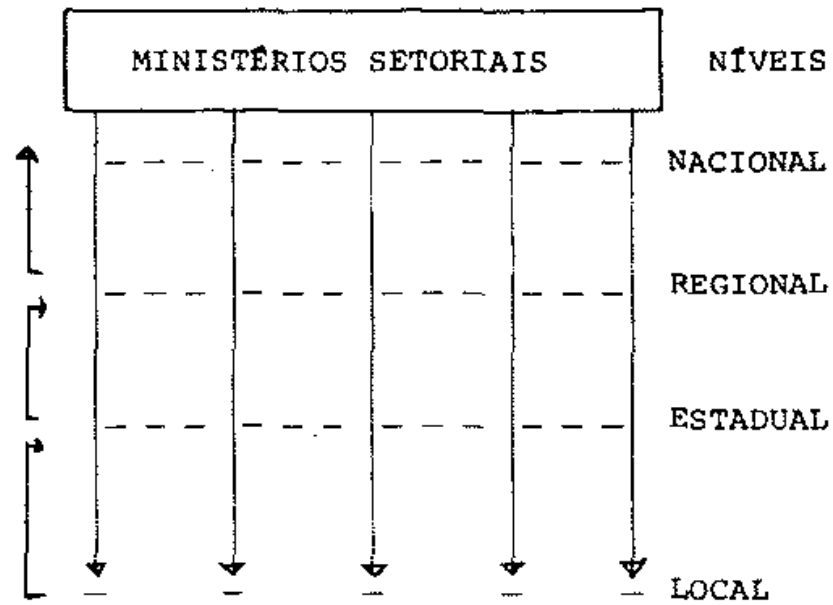
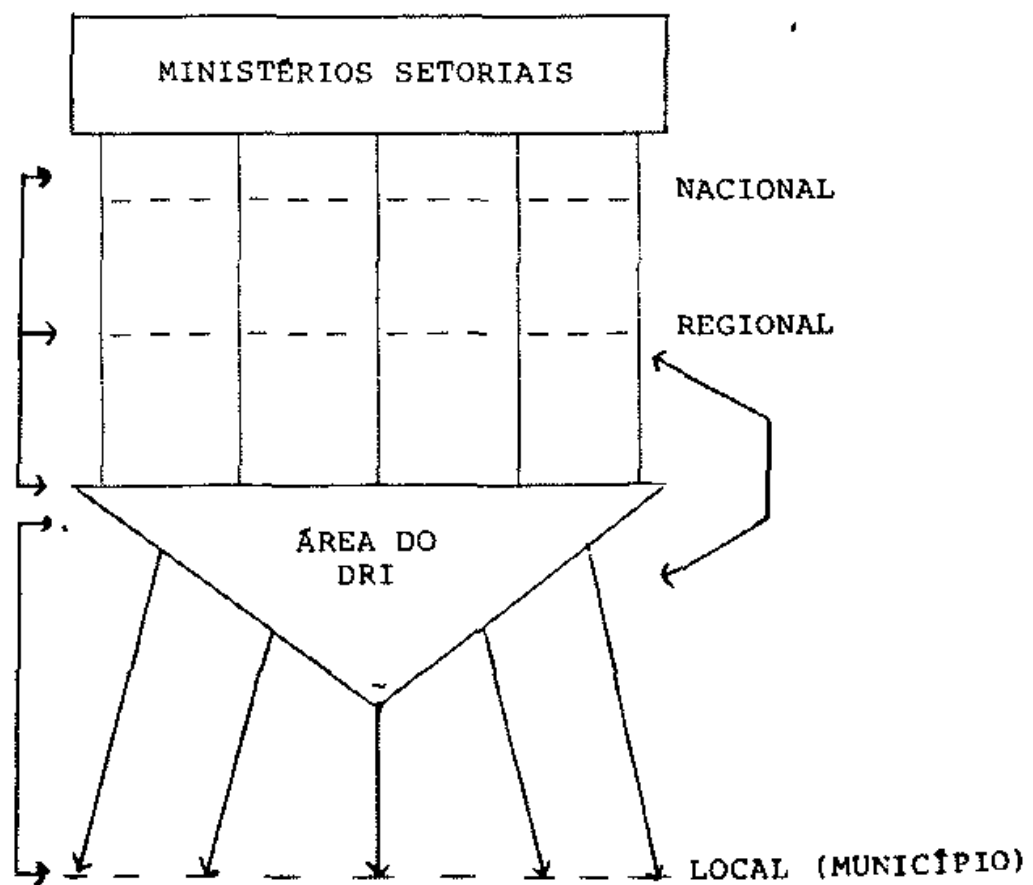


FIGURA 2

SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO TRADICIONALSISTEMA D.R.I.

Fonte: H. V. THIMM - Universität Giessen.

## A Organização da Zona Rural

A preocupação central do enfoque do DRI, como evidenciado, é a organização de uma economia adequada, capaz de elevar os níveis de renda "per capita" da população do interior, através de maiores oportunidades de emprego em atividades acessórias ou complementares da agricultura, na própria zona rural, e a criação de uma apropriada atmosfera social e cultural correspondente. Por outro lado, é necessário levar em conta a necessidade da ativa participação de técnicos e pessoas especializadas, vindas de outras partes, os quais haverão de dirigir e pôr em funcionamento os diversos programas e empresas de desenvolvimento. É indispensável que essa gente resida na zona rural. Tais pessoas são, contudo, resistentes a fazê-lo. As razões para isso são as mesmas que fazem com que os habitantes locais tendam a abandoná-las. Somente com a existência de bons serviços e de um ambiente social suportável, pode-se obter a permanência de tais técnicos nas zonas de desenvolvimento.<sup>(9)</sup>

Em outras palavras, deve-se impedir a desintegração da sociedade rural, possibilitando o surgimento de atividades industriais dentro da economia rural. O modelo de concentração de tais atividades unicamente nas zonas urbanas faz com que o valor adicionado da indústria não seja investido na agricultura e os trabalhadores deste setor não se constituam mercado para a indústria.<sup>(10)</sup> Ademais, a indústria para a elaboração de produtos agrícolas dentro da área de produção elimina as etapas intermediárias entre a fazenda e a indústria, reduzindo consideravelmente as despesas de transporte e de comercialização, com o aumento da participação do agricultor no valor adicionado da produção. A nova orientação considera a industrialização como uma auxiliar da agricultura, diferente do que está sendo feito agora.

A comentada falta de elasticidade da agricultura nos países subdesenvolvidos decorre, na verdade, da longa cadeia de intermediários que absorvem as diferenças de preços entre os centros de consumo e os agricultores. Ou seja, são os intermediários parasitários que bloqueiam todo o processo.

Ressalte-se, além disso, que a sazonalidade da produção agrícola, concentrada em apenas alguns meses do ano, não possibilita uma distribuição

<sup>(9)</sup> Raanan Weitz. "Uma nova estratégia de desenvolvimento rural". Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, 1978.

<sup>(10)</sup> Bertrand Renand. "National urbanization policies in developing countries". Washington. World Bank, 1979.

ocupacional durante todos os meses. Uma indústria vinculada à agricultura pode proporcionar trabalho durante a temporada de entressafra e, conseqüentemente, ser fonte de renda complementar.

### A Coordenação dos Planejadores

A supervisão e coordenação do planejamento e da execução parece, à primeira vista, difícil de conseguir, mas é preciso acreditar que este é, praticamente, o único caminho para atingir um autêntico desenvolvimento rural. A experiência de outros países, por exemplo, demonstra que a obtenção de tal cooperação não é inatingível, como geralmente se supõe, e os resultados alcançados são altamente compensadores.

O planejamento do desenvolvimento regional rural integrado, tal como vem sendo definido, somente pode ser realizado por uma equipe que possua características especiais. Tal equipe deve consistir de um grupo de especialistas, tanto planejadores como executores, que trabalhem em constante colaboração; agrônomos familiarizados com os ramos agrícolas adequados para a zona em questão; economistas, sociólogos, administradores, engenheiros, arquitetos etc.

Muitos recursos têm sido desperdiçados e muitas frustrações ocorreram, em diversos países e regiões, onde o desenvolvimento rural foi conduzido diferentemente dos métodos comentados. De fato, muitas vezes, em tais lugares, os responsáveis pelo plano global eram especialistas situados em áreas longínquas da zona de desenvolvimento em questão, ao tempo em que a execução foi posta em mão de organizações locais que pouco ou nenhum contato mantinham com os planejadores. A falta de coordenação entre os especialistas encarregados da planificação teórica e o pessoal executivo que deve levá-lo à prática, altera a continuidade do mecanismo de acompanhamento e remoção dos problemas, atrasando e interrompendo a execução dos planos.<sup>(11)</sup>

A obtenção de apoio e a coordenação entre os planejadores e destes com as equipes de execução, certamente assegurarão resultados substanciais, mesmo que o plano formal encerre falhas importantes. O melhor plano que

---

(11) Dr. Belshaw & R. Chambers. "A management systems approach to rural development". Nairobi, I.D.S. discussion paper, nº 161, 1973.

se possa elaborar será afetado adversamente, se falhar a cooperação necessária à sua preparação e implementação.<sup>(12)</sup>

### A Equipe de Planejamento e a População

Outro elemento extremamente importante no planejamento e execução dos planos diz respeito à participação, neste processo, da população a ser afetada pelas metas desenvolvimentistas. Assim, é indispensável que as instituições empenhadas no desenvolvimento rural definam esquemas eficientes de relacionamento entre as autoridades que decidem a política a seguir e os planejadores, os técnicos de modo geral, os executivos e a comunidade.<sup>(13)</sup> Desse modo, pode-se estabelecer entre os níveis mais elevados, os técnicos e o povo, um intercâmbio espontâneo quanto aos diversos aspectos de programa de desenvolvimento que interessa a todos. Somente assim é possível à equipe, em seu conjunto, compreender e estimar a ação recíproca dos fatores determinantes do desenvolvimento.

O intercâmbio que se verifica entre a equipe e a população da zona considerada constitui, enfim, um fator de suma importância, vez que as atitudes e as reações das pessoas determinam, em grande medida, o êxito do programa de desenvolvimento. Uma compreensão clara da idiosincrasia local pode conduzir a uma revisão do plano, a fim de fazê-lo compatível com as necessidades e tradições das comunidades. Evidentemente, é impossível prever a reação da população em certas condições, e só através de contatos, e por uma mútua compreensão, chega a equipe de desenvolvimento a adaptar o plano aos seus beneficiários.<sup>(14)</sup>

A mobilização da comunidade com vistas ao planejamento e execução dos planos de desenvolvimento rural depende de vários fatores: legais, políticos, serviços institucionalizados (extensão, assistência técnica etc.) e serviços funcionais (cooperativas, crédito, treinamento, serviços de saúde, etc.), conforme pode ser observado na figura 3.

---

(12) Louis J. Walinsky. "Planejamento e execução do desenvolvimento econômico". Rio de Janeiro, Zahar, 1965.

(13) M. Asimow. "Some problems in the implementations of development from below - International Development". Berlim. WIPOG, 1965.

(14) James C. Miller. "Regional development: a review of the state of the art". Washington, USAID, 1979.

## Impacto Social do Plano

Com o abandono das políticas que davam ênfase ao crescimento do PNB, a partir do fim da década de sessenta, surgiram as novas estratégias fundamentadas no desenvolvimento "equitativo" e na satisfação das "necessidades básicas".

Em substituição aos projetos de grande escala, geralmente industriais, estão sendo recomendados agora os programas para a agricultura, a nutrição, a saúde, a educação e o desenvolvimento dos recursos humanos.

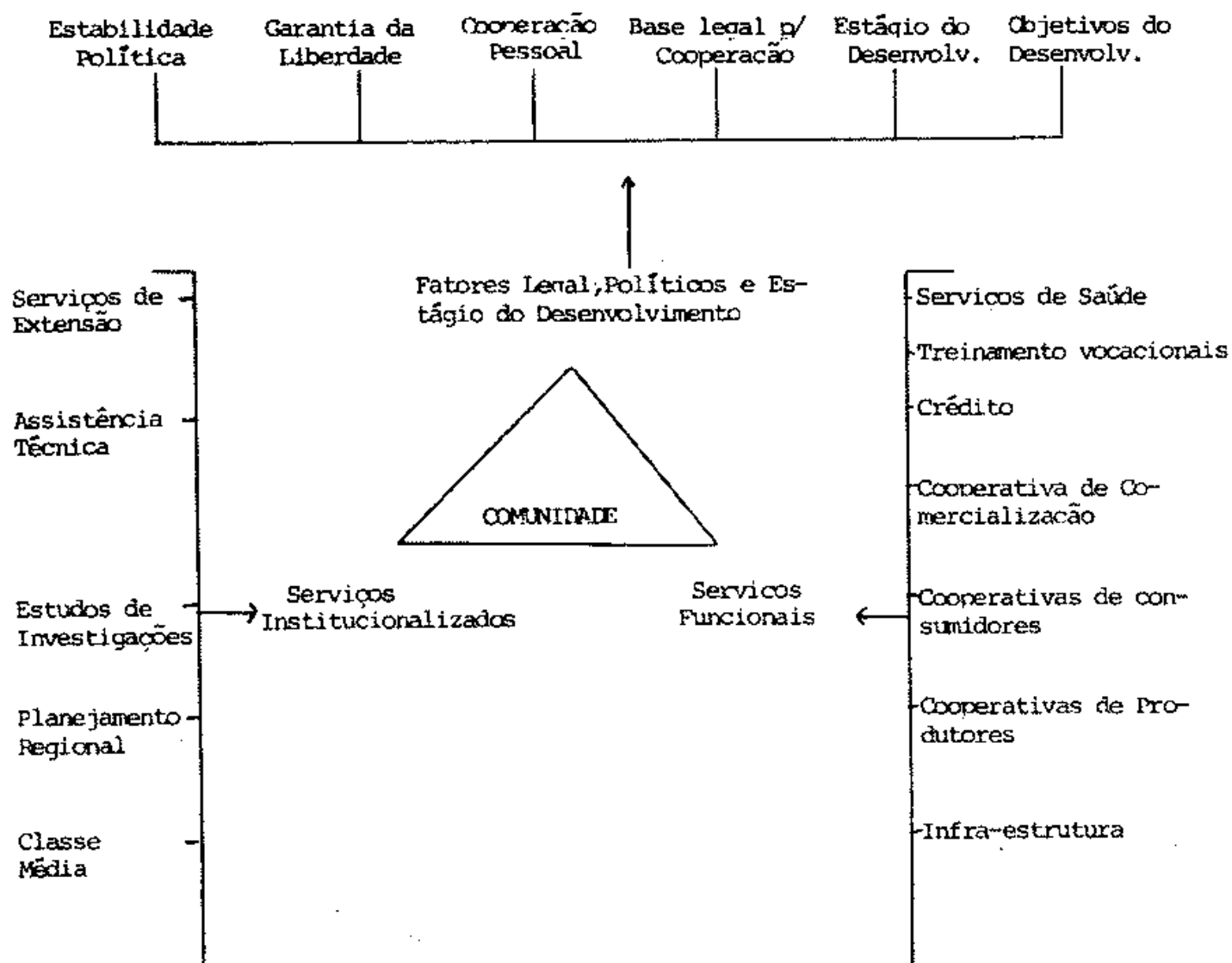
Para a aplicação dessas políticas estão sendo elaborados critérios de orientação para a preparação e avaliação dos projetos de desenvolvimento econômico. A Agência Para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos adotou recentemente um sistema de análise de impacto social para todos os seus projetos. De modo geral, são feitas as seguintes perguntas para avaliar a adaptação do projeto à nova política econômica:<sup>(15)</sup>

- a) Até que ponto é compatível o projeto proposto com as instituições sócio-culturais existentes?
- b) De que forma a população local participará do projeto?
- c) Quais serão as conseqüências do projeto?
- d) Que necessidades serão satisfeitas?
- e) Que benefícios advirão do projeto e como serão distribuídos?
- f) O projeto melhorará a situação das pessoas mais pobres ou simplesmente beneficiará os agricultores mais ricos, que podem comprar os insumos necessários para as inovações?
- g) Haverá efeito de propagação em áreas ou populações vizinhas ao projeto?
- h) Serão produzidas conseqüências negativas imprevistas?
- i) Como se sustentarão os beneficiários?

Se se planeja estender eletrificação rural a uma comunidade X, por exemplo, deve-se avaliar antecipadamente se, em conseqüência disso, a indústria feminina de teares manuais está condenada a desaparecer. A prorrogação do dia de trabalho pela iluminação artificial e o uso de máquina de coser compensarão o trabalho perdido com os teares? Quais serão os efeitos da televisão sobre os valores tradicionais da comunidade?

(15) Foro del Desarrollo, volumen IX n° 3, abril 1981.

FIGURA 3  
FATORES PARA A MOBILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO



(\*) Baseado no trabalho de H.V. Thimm. "Principles and limitations of integrated rural development." Giessen, Justus-liebig-universitat giessen, 1979.

De acordo com o Prof. Yehuda H. Landau, o planejamento do DRI deve levar em conta as estruturas institucionais e organizacionais, bem como as condições sociais, costumes, crenças, tradições e sistema de poder. Adverte ele, ainda: "Não devemos começar com um ataque aos valores, pois todo o ataque frontal às crenças e tradições conduzem ao fracasso.<sup>(16)</sup> Os novos conceitos econômicos e sociais devem ser introduzidos gradativamente.

Na verdade, planejamento rural integrado busca induzir um processo no qual todo o povo participa do desenvolvimento econômico e social. Este processo se caracteriza pela participação da comunidade no planejamento e na execução dos projetos, isto é, num movimento de baixo para cima. Em outras palavras, desenvolvimento rural integrado é um conceito político baseado no princípio da eliminação da pobreza pela mobilização dos recursos locais e humanos.

Conforme Raanan Weitz expressa: "Os responsáveis pela política de ação necessitam compreender as reações do fazendeiro, decifrar os seus anseios e atender as suas expectativas. A dificuldade é que uma compreensão — e, até mais importante, a solidariedade — pelo 'homenzinho' tende a tornar-se uma abstração na compreensão usual dos funcionários públicos na longínqua capital, submersos que estão em meandros políticos da luta inevitável pelo poder, ou no cotidiano das ocupações sociais e intermináveis reuniões".

De especial importância será a participação do sociólogo no processo de planejamento do DRI, a fim de que esses aspectos de desenvolvimento sejam apropriadamente contemplados. D. Weintraub, em trabalho recente "Preliminary Outline of Sociological Participation in Process of IRRD Planning Issues, Procedures, Problems", destaca, em resumo, os seguintes aspectos que carecem da contribuição do sociólogo no planejamento do desenvolvimento rural:

- a) identificar os problemas básicos dos vários grupos sociais, a fim de orientar a determinação das estratégias de desenvolvimento apropriadas;
- b) avaliar o conjunto de recursos sociais da região do plano, quanto ao potencial de poupança, investimento e capacidade empresarial, fluxos do lugar e corpo de trabalho, habilidade para aceitar uma nova estrutura social e nova distribuição de funções sociais;

---

(16) La planificación del sistema de soporte en el area rural, Rehovot (Israel) — CERUR — 1973.



- c) identificar os recursos organizacionais mobilizáveis existentes na região, de acordo com os diversos níveis e distribuição;
- d) avaliar a natureza dos maiores estrangulamentos sociais que possam dificultar o desenvolvimento das estratégias a serem adotadas.

Em resumo, destaca Weintraub, há necessidade de definir todas as estruturas do desenvolvimento agrário, abrangendo a comunidade rural, os serviços e outros segmentos não-agrícolas do sistema regional. Isto é, será necessário definir os recursos demográficos, vocacionais, sociais, políticos e motivacionais que estão implícitos no processo de desenvolvimento econômico e social da agricultura.

O professor E. F. Schumacher, no seu comentado livro "Small is Beautiful", destaca que: "Se prosseguir a desintegração da vida rural não haverá saída — não importa quanto dinheiro esteja sendo gasto. Mas se a população rural dos países em desenvolvimento for ajudada a ajudar-se a si mesma, não duvido de que isso acarretaria um genuíno desenvolvimento, sem gigantescas perdas e situações de miséria em torno de cada metrópole, e sem as cruéis frustrações da revolução sangrenta".

Jean Jacques Servan-Schreiber cita, no seu famoso livro "O Desafio Mundial", o que o egípcio Ismail-Sabri Abdalla, ex-presidente do "Foro do Terceiro Mundo", chama de a regra de ouro da descentralização: "A estratégia do desenvolvimento deve partir de uma evolução rural autônoma . . . Os camponeses têm de ser preparados para que tomem eles mesmos, em mão, o seu destino . . . O diálogo entre camponeses e conselheiros técnicos deve ser mutuamente educativo, e o poder de decisão deve ficar com os camponeses. Porque o que importa é o desenvolvimento do próprio camponês. Só se realizará e se completará com a aplicação dos rumos da tecnologia ao aperfeiçoamento da democracia local, com a entrega ao camponês dos seus direitos de homem e de cidadão".

Enfim, como diz Maurice Guernier, no seu livro "A Última Oportunidade do Terceiro Mundo": "Sempre entendemos o desenvolvimento como algo exclusivamente econômico, quando ele é sobretudo sociológico e humano".

A ideologia do desenvolvimento rural integrado difere de outros métodos principalmente por esta visão social da economia, onde o homem é colocado, verdadeiramente, como centro do sistema produtivo.

## A Organização da Comunidade

A concretização dos objetivos do DRI carece de uma força decisiva que estimule a superação dos obstáculos de ordem econômica, política e, principalmente, dos ligados às tradições culturais e sociais, e às atitudes psicológicas da população.

Nos países subdesenvolvidos, todavia, existem poucas pessoas ou grupos verdadeiramente interessados em novas técnicas, na exploração de novos produtos e mercados ou capazes de aproveitarem as oportunidades para a instalação de novas indústrias e a exploração de novos recursos. Não há progresso econômico, afirmam estudos das Nações Unidas, sem uma atmosfera favorável. O povo deve desejar o progresso, e as instituições jurídicas e políticas do País têm de apoiá-lo. O desejo de progresso econômico não vinga em comunidade que não esteja convencida de sua necessidade e possibilidade.

Os membros da comunidade — profissionais, líderes, ou simples cidadãos — devem ter participação efetiva e responsabilidades pelo desenvolvimento econômico, social, cultural e administrativo do ambiente em que vivem.

O objetivo principal da organização comunitária é, pois, despertar a consciência das populações para o seu progresso, mediante sua ativa participação em atividades que concorram para o seu bem-estar, nos aspectos econômico, social e cultural. Assim, para que seja possível desenvolver um trabalho efetivo na comunidade rural, torna-se necessário o conhecimento de sua unidade social. A organização da comunidade é o meio de prover e atingir tais fins.

Ao lado do aumento da capacidade de produção da comunidade, visando a melhorar e ampliar os serviços que atendam às necessidades locais, deve-se ter em vista, ainda:

- a) promover a melhoria dos vários ambientes em que se desenvolve a pessoa humana — ambiente político sadio, ambiente social marcado por relações construtivas e ambiente ideológico de respeito às liberdades humanas;
- b) criar uma estrutura administrativa que assegure a coordenação dos recursos e programas de entidades, dentro de um planejamento global que tenha em mira o completo desenvolvimento da localidade.

O desenvolvimento econômico não pode ser imposto, mas deve ser consentido por toda a sociedade, que deve dele participar desde a configuração do programa até a execução dos projetos. De fato, sendo a sociedade a beneficiária última dos trabalhos que visam ao desenvolvimento, ninguém pode omitir-se. Cada comunidade deve compenetrar-se de seus deveres, para que as metas almejadas possam ser atingidas.

De modo geral, são as comunidades rurais que requerem maiores esforços para que possam romper as barreiras que se opõem ao desenvolvimento. As tentativas de mudar um sistema econômico, ou parte deste, estão, naturalmente, baseadas na suposição de que os aspectos econômicos de uma dada cultura podem ser realmente mudados de um modo preconcebido. Qualquer programa de desenvolvimento de comunidade deve levar em conta, em vista disso, as observações formuladas por Emílio Williems, segundo as quais se economizaria tempo, esforço e recursos se os inovadores tivessem sempre em mente que:

- a) as mudanças não são sempre realizadas pela mera demonstração das vantagens econômicas da mudança proposta sobre os valores existentes;
- b) as principais mudanças não podem ser isoladas. A cultura é um todo funcional, e as modificações num setor, provavelmente, motivarão reações em outras atividades.

Desse modo, sendo o desenvolvimento de comunidades um processo de mudança dirigida, devem-se considerar esses aspectos, pois o desenvolvimento comunitário é mais do que um programa local de desenvolvimento. Trata-se de um movimento que implica transformação de estruturas nos níveis nacional, estadual e local.

Como se viu, as comunidades exercem influência também nas zonas vizinhas, estabelecendo-se um intercâmbio grandemente responsável pela vitalidade dessas localidades. Tais contatos evitam também que as comunidades se tornem isolados dentro do País. Essa solidariedade manifesta-se de diferentes modos, de acordo com a situação enfrentada pela comunidade. A sociedade rural caracteriza-se, contudo, pela estabilidade, e as tradições e costumes condicionam a conduta individual, dificultando a invenção e a mudança. Neste ponto, vale a pena mencionar o que diz Artur Lewis: "Estas limitações de desenvolvimento de comunidades ilustram claramente os limites da lealdade do grupo, como incentivo. Tal lealdade opera muito bem em situações econômicas estáveis, onde o que se requer é trabalho de

rotina e não iniciativa individual; em tais condições, sabendo todo indivíduo o que dele se espera e o que espera obter, o sistema econômico funciona alegremente”.

Daí por que a participação das comunidades rurais no processo de desenvolvimento de uma região implica numa alteração dos seus padrões culturais, o que reflete a exigência de adaptações a novas situações.

Não é fácil, porém, conseguir essas modificações em curto prazo, especialmente em zonas rurais como as do Nordeste, onde se conservam as características de uma sociedade semifeudal.

Essas comunidades devem ser motivadas a aceitar mudanças no sistema de vida tradicional, bem como a arcar com o ônus do esforço necessário ao melhor uso dos recursos disponíveis, a mobilização de recursos adicionais e a incorporação dos padrões de trabalho que condicionam o aumento de produtividade e, por conseguinte, o nível de vida.

Tendo em vista que o desenvolvimento se processa através de um sistema de inter-relações entre os diversos setores da economia, o setor rural requer dos outros setores e a eles tem de proporcionar certas condições, a fim de que sejam atingidos novos níveis de progresso. Assim, a comunidade deve adquirir maior plasticidade, abrindo-se e adaptando-se às influências de uma sociedade com mais mobilidade de pessoas, idéias e produtos. Tem de se tornar, portanto, mais dinâmica, quebrando a rigidez de certos tipos de comportamento tradicional que freiam o desenvolvimento.

Nunca é demasiado frisar, portanto, a conveniência e necessidade de estimular a organização da comunidade como auxiliar do desenvolvimento rural integrado, conforme definido neste trabalho.

### O Planejamento do Sistema de Suporte

O progresso da agricultura depende de recursos, tecnologia, organização e de um sistema de suporte. Estes elementos não podem ser separados, mas considerados conjuntamente, para conseguirem um resultado ótimo.

O sistema de suporte como instrumento do desenvolvimento agrícola pode ser classificado de acordo com os seguintes aspectos:

- a) **Econômico:** serviços de crédito e extensão, suprimento de insumos,

pesquisas locais, classificação e armazenagem, processamento, transporte e condições de mercado.

- b) **Social:** corresponde aos serviços públicos e pessoais tais como: educação, serviços médicos, culturais (clube, biblioteca, cinema etc.), desportos, serviços municipais e públicos (segurança, bombeiros, eletricidade, sistema de água) e centro comercial.
- c) **Político:** administração eficiente, associação dos agricultores, condições apropriadas de utilização da terra e ambiente político aberto à participação dos agricultores nos assuntos públicos.

A distribuição espacial do sistema de suporte depende do tamanho das aldeias, tipos de exploração agrícola, redes de comunicação, meios de transporte e níveis de renda.

Enfim, a modernização e transformação da agricultura, e o desenvolvimento rural de modo mais amplo dependem da adequação dos serviços de suporte. Como diz o prof. Yehuda H. Landau: "O caráter e o ritmo das mudanças na agricultura dependem do meio social econômico circundante e estão intimamente ligados às mudanças sociais, políticas, legais, econômicas, físicas, organizacionais, tecnológicas e institucionais".<sup>(17)</sup>

### Planejamento Rural Físico

O conceito básico sobre o qual se apóia a planificação do desenvolvimento rural integrado é o de que esta deve visar ao estabelecimento de condições de vida mais satisfatórias. Por sua vez, a planificação física de regiões rurais objetiva aumentar a eficiência econômica em termos de elevação de padrões de vida e de adaptação do meio.<sup>(18)</sup> Por isso, a planificação física inclui aspectos e fatores sociais, econômicos, ambientais, culturais e administrativos. Uma das preocupações do planejador físico, aliás, é pesar as vantagens a custos econômicos em relação ao desenvolvimento social. Para levar a cabo a preparação, organização e execução de um sistema dessa natureza, torna-se necessária a adoção de um sistema eficiente de coordenação interdepartamental e entre as instituições envolvidas.

---

<sup>(17)</sup> Op. cit., p. 4.

<sup>(18)</sup> Israel Prion. "Development trends of spacial rural cooperation in Israel". Rehovot, Settlement Study Centre, 1968.

O planejamento físico corresponde à ordenação do espaço rural quanto à localização das explorações agrícolas, dos serviços produtivos, da infra-estrutura social e equipamentos urbanos dos vilarejos ou pequenas cidades de apoio. Este planejamento tanto pode ser de novas terras como de reorganização de regiões antigas.

O modelo físico desenvolve-se em cada um dos seguintes níveis, de acordo com os objetivos, limitações e possibilidades do plano econômico e social geral, conforme explica a arquiteta Ester Kavous<sup>(19)</sup> do Settlement Study Centre e professora dos cursos do CPEDI promovidos pelo BNB e outras instituições, em Fortaleza:

- a) **No nível regional:** distribuição dos assentamentos no espaço da região de desenvolvimento, infra-estrutura, indústrias, centros de serviços, armazéns, estradas, potencial agrícola da região, áreas não-utilizáveis etc.;
- b) **No nível zonal:** delineamento do tipo de exploração, dimensões das parcelas, indicando a localização e hierarquia funcional e desenho dos assentamentos, e parcelamento das unidades de exploração agrícola;
- c) **No nível do assentamento:** detalhamento das parcelas individuais, das edificações, conforme os tipos de exploração, a forma de organização etc.

A organização do espaço rural torna possível a melhor utilização dos serviços de saúde, educação e principalmente da produção, afirma Jacob Maos<sup>(20)</sup>. Não obstante, pouca atenção tem sido dedicada aos aspectos espaciais entre os fatores da organização do desenvolvimento agrícola dos países subdesenvolvidos.

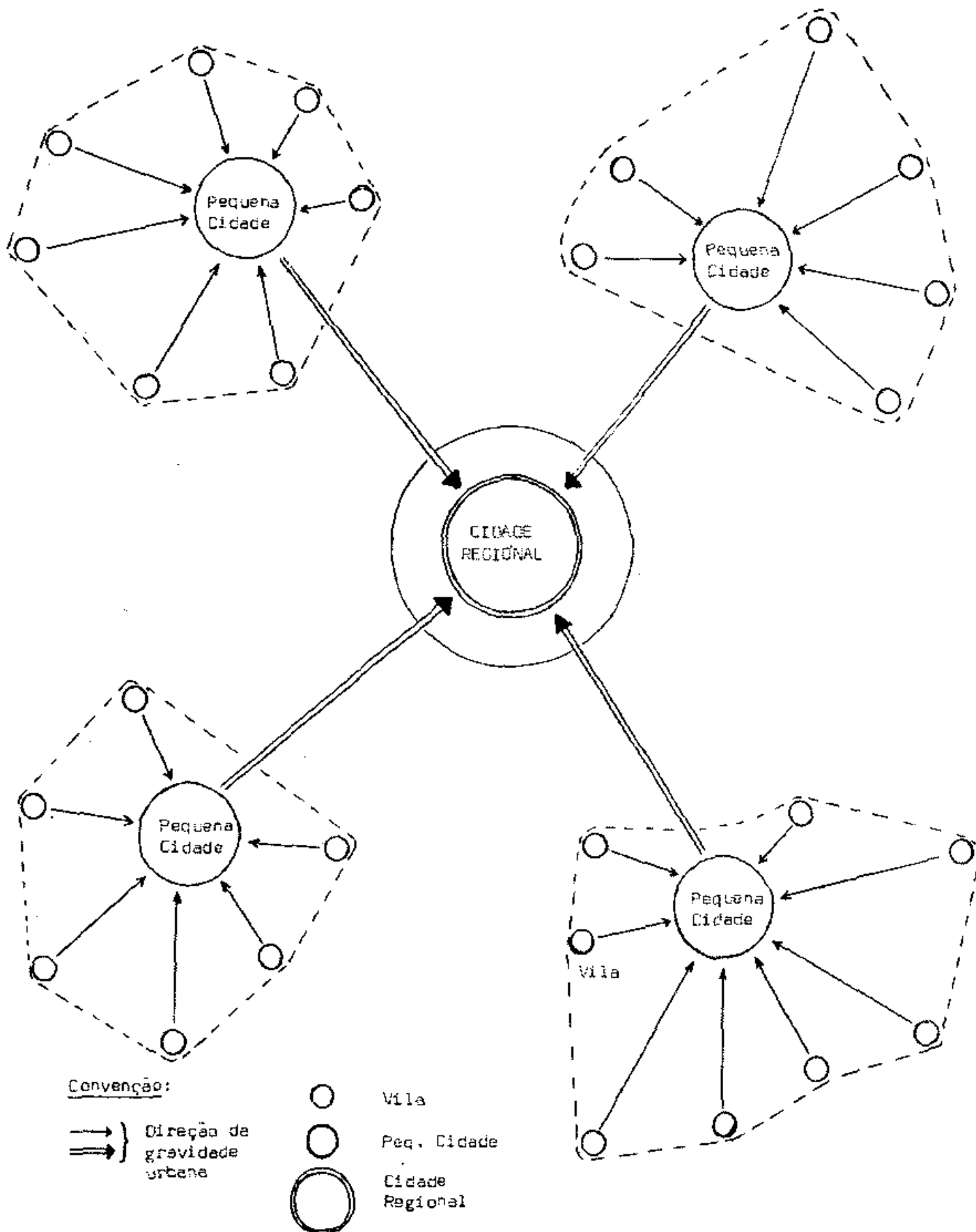
A adequação ou não do modelo de ocupação adotado nos projetos de desenvolvimento rural pode influir muito na própria natureza das atividades econômicas e sociais da população residente nessas zonas. As bases físicas por se tratarem de elementos permanentes, carecem de muito cuidado na sua construção. Mesmo quando se torna indispensável introduzir modifica-

---

(19) Planejamento físico dos projetos de desenvolvimento regional. Fortaleza, BNB, 1980 (mimeografado).

(20) "Planejamento físico e organização espacial na colonização de terras". Fortaleza, 1978.

FIGURA 4

A Estrutura Rural-Urbana Regional

ções nos estilos de construção ou na remoção ou realocação de prédios, casas, estradas etc., é muito difícil e de custos geralmente muito onerosos para essas comunidades. Assim, é essencial a realização de um adequado planejamento físico, que também deve ser dinâmico e flexível para sofrer as adaptações que as mudanças das atividades agrícolas necessitam.<sup>(21)</sup>

Nas figuras 4, 5, 6 e 7 encontram-se alguns modelos de planejamento rural físico nos diversos níveis de abrangências comentados.

### Condições Essenciais do Planejamento do DRI

O planejamento rural deve considerar em primeiro lugar os interesses do habitante do campo em todos os aspectos de sua vida. A zona rural é o melhor lugar para se viver e trabalhar, desde que estejam ao alcance das pessoas radicadas nas comunidades as oportunidades que atualmente constituem patrimônio da população urbana. Assim, o planejamento consiste em encontrar a maneira de viabilizar tais condições.<sup>(22)</sup> A planificação rural racional influi diretamente na eficiência da produção agrícola e leva à criação de condições favoráveis ao desenvolvimento das instituições comunais requeridas.<sup>(23)</sup>

Além disso, o planejamento do DRI deve ser:

1. orientado para a criação de nova moldura institucional adequada aos propósitos do desenvolvimento;
2. capaz de incorporar, aos planos de desenvolvimento, todos os fatores operantes no processo e de atribuir um peso "correto" aos fatores que não podem ser quantificados;
3. suficientemente flexível para permitir mudanças nos planos durante o curso de implementação;
4. orientado para execução com a participação da comunidade.

A figura 8 indica as etapas do planejamento e as relações existentes entre as metas e a avaliação permanente do plano.

<sup>(21)</sup> Samuel Pohoryles. "Rural-urban land use equilibrium". Tel Aviv. Land use Research Institute, 1979.

<sup>(22)</sup> Agricultural Economic Research. Planificación rural. Oxford, Institute, 1954.

<sup>(23)</sup> Yalem E. "Planificación de aldeas agrícolas privadas e cooperativas". Herzelia, Ministério de Agricultura de Israel, 1963.



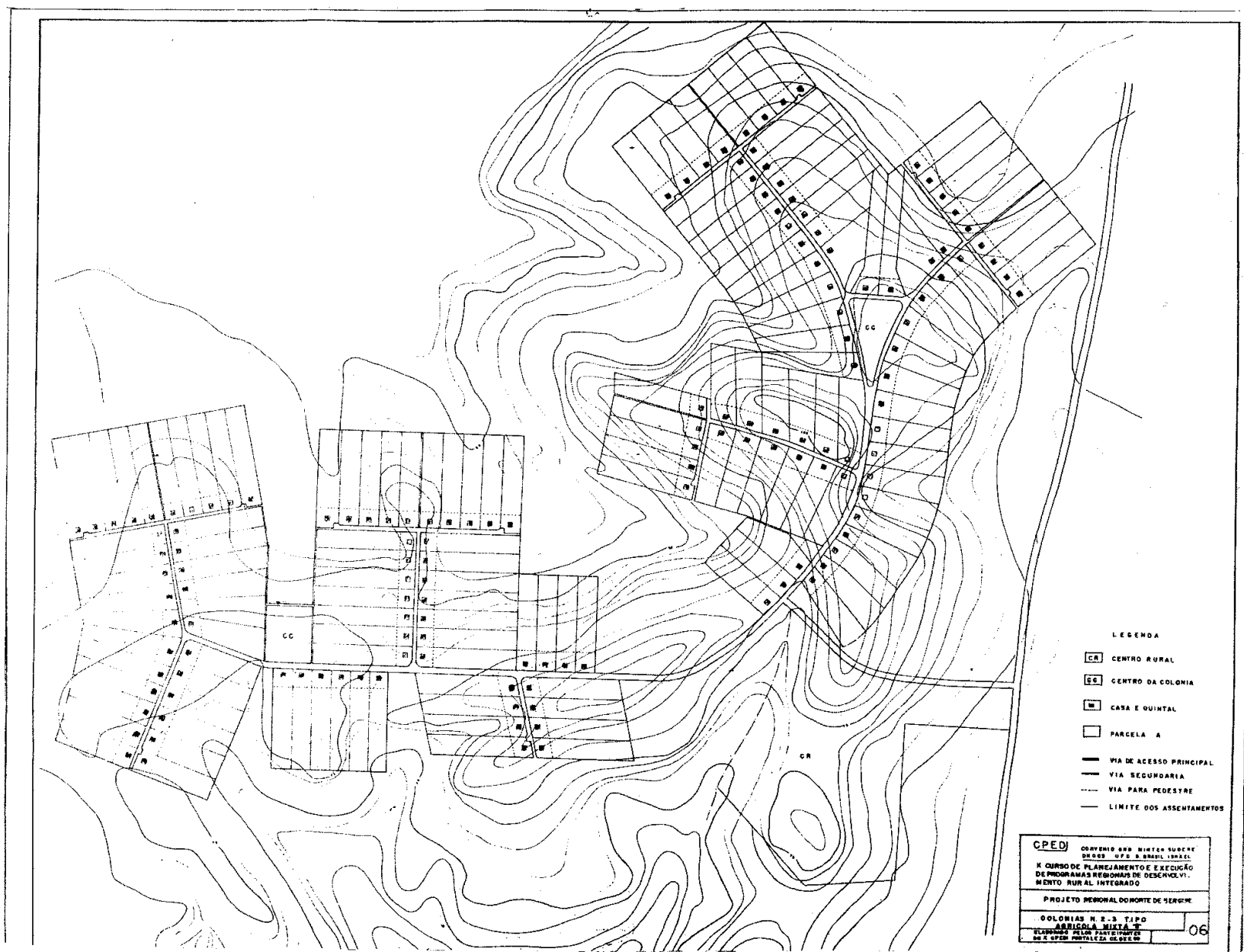


FIGURA 6

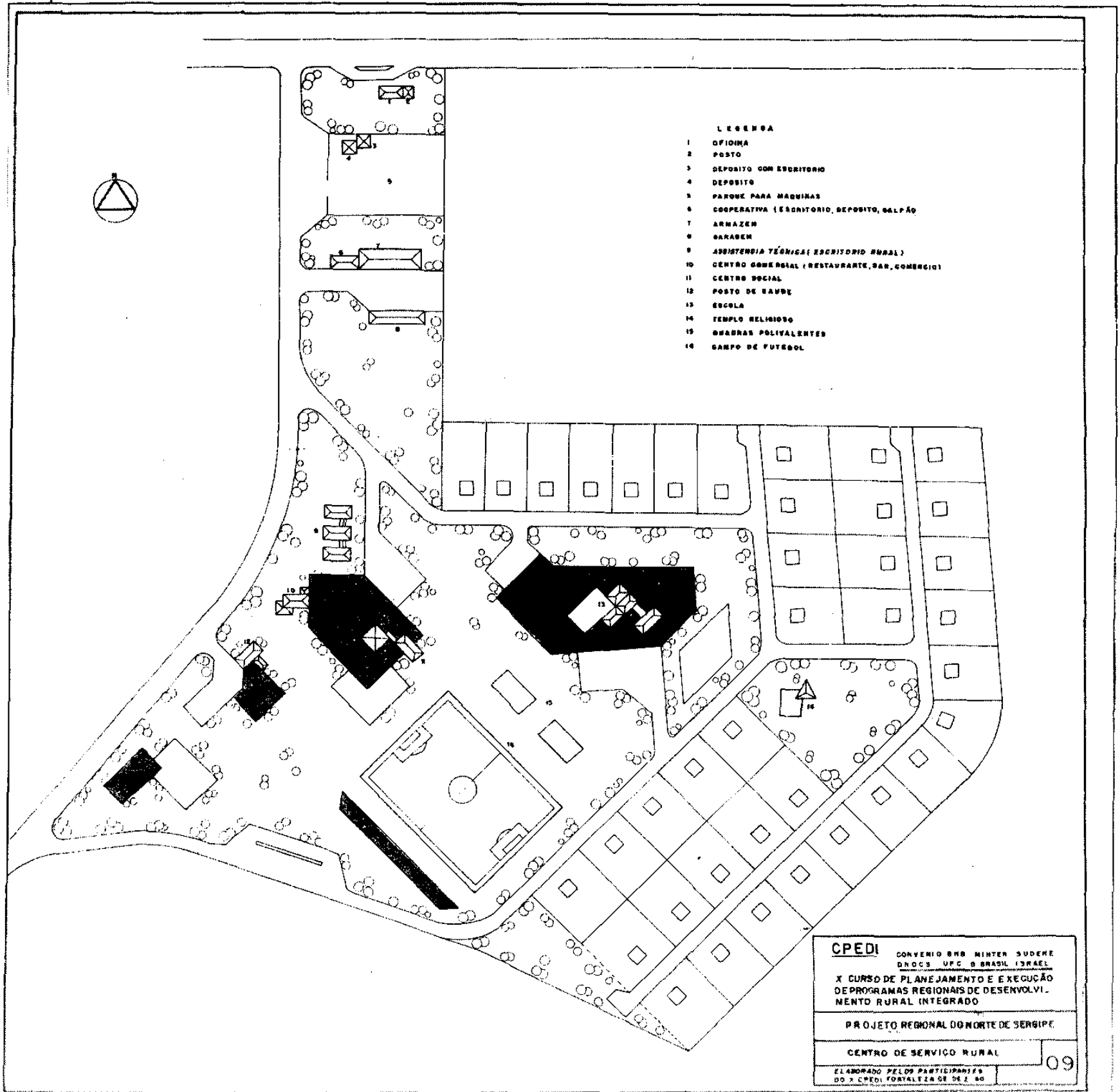


FIGURA 7

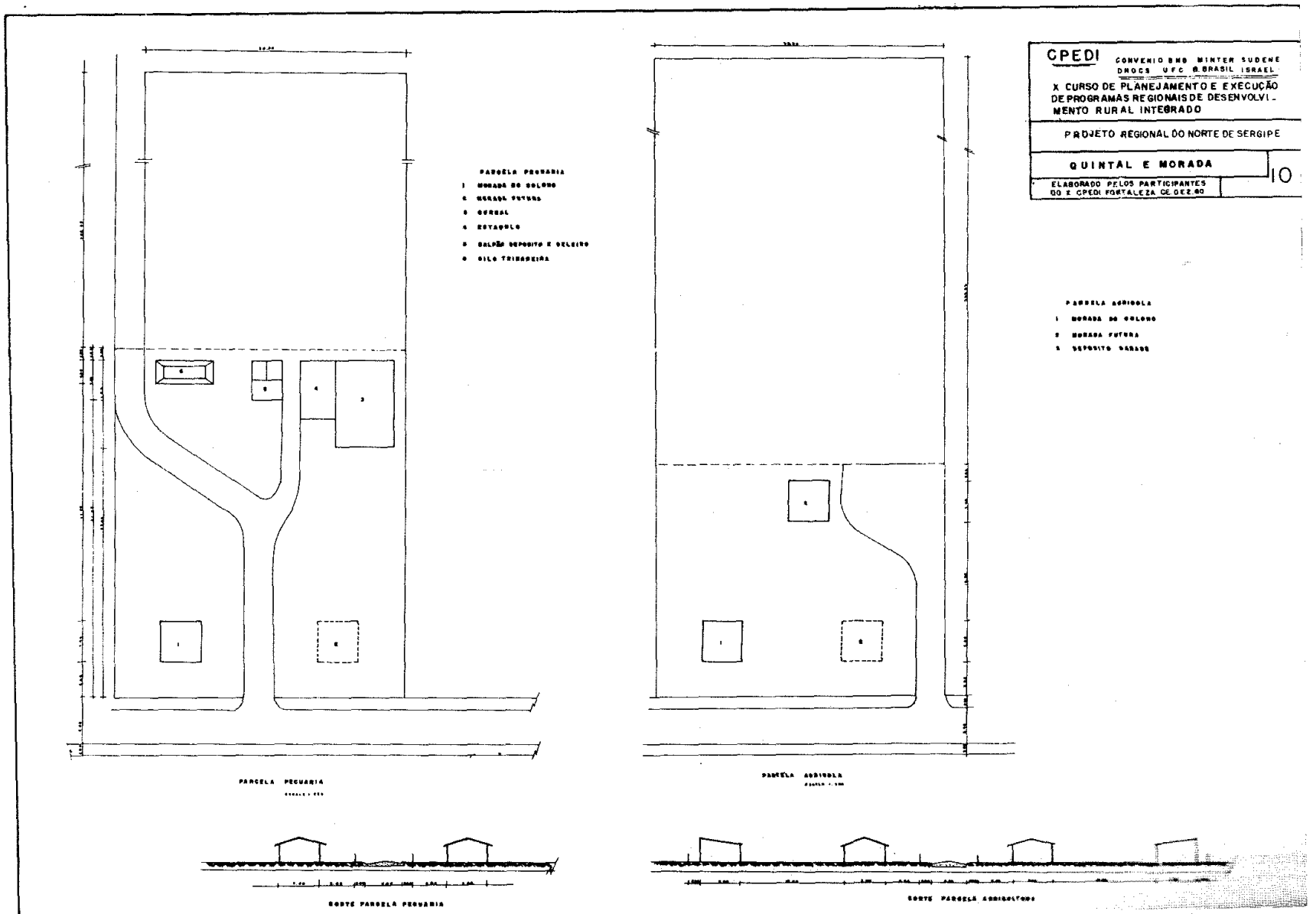
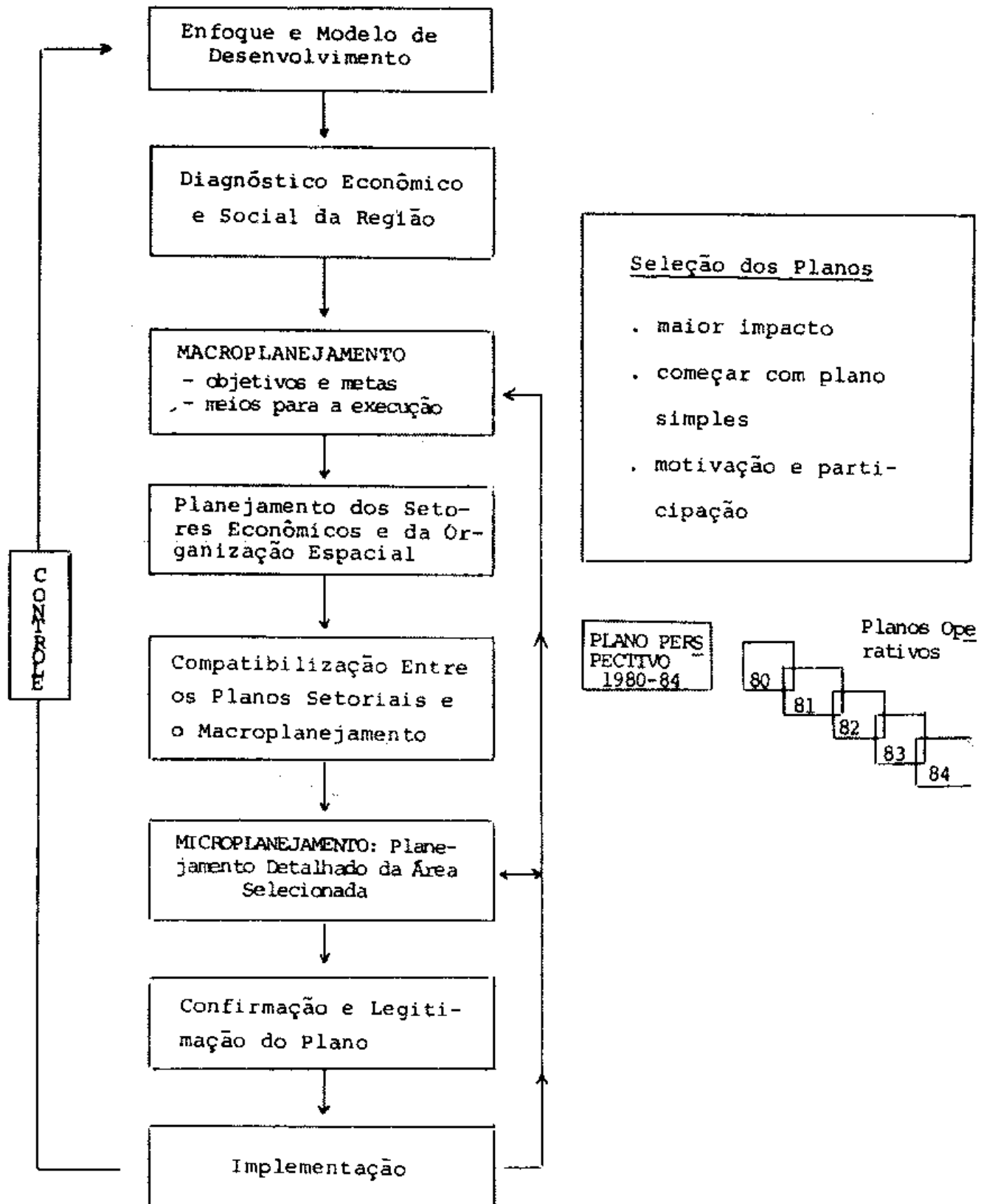


FIGURA 8  
ETAPAS DO PLANEJAMENTO  
(Relação Permanente Entre Metas e Avaliação)



## A Administração dos Planos

Uma parte essencial da estratégia do desenvolvimento rural integrado e do planejamento é a preparação formal do plano, com a finalidade de identificar e definir as políticas e os objetivos a serem perseguidos.<sup>1</sup>

Seguem-se a esta etapa a execução e controle do plano. Esta última fase corresponde à administração do plano e tem por finalidade medir e examinar os resultados obtidos no período para avaliar e adotar as medidas corretivas que sejam necessárias. O controle, naturalmente, é paralelo à execução.

A necessidade de controlar o plano se deve a:

- a) imperfeição do plano como instrumento de prognóstico e decisão;
- b) distorções geradas na interpretação dos objetivos, metas e mecanismo de execução;
- c) incertezas decorrentes de fatores externos.

As deficiências identificadas na execução do plano decorrem, geralmente, da escassez e deficientes informações no momento da preparação dos estudos. O plano, na verdade, é um processo de aproximações sucessivas que depende de dados econômicos, sociais, políticos, culturais e psicológicos, nem sempre disponíveis.

A execução do plano exige a participação do setor público e privado e da coordenação dos diversos organismos envolvidos nesta tarefa.

A administração do plano, portanto, destina-se a vigiar o cumprimento dos objetivos nele estabelecidos, os meios disponíveis para execução e as influências que atuam durante o processo de execução.

Os objetivos do plano são normalmente de médio e longo prazo, quando não de natureza permanente. As mudanças neste tocante são de ordem política e o máximo que o sistema de controle pode fazer é suprir com informações, para auxiliar o governo na revisão de tais objetivos. Aqui se faz referência aos objetivos de caráter mais geral, tais como: distribuir melhor a renda, aumentar as oportunidades de emprego no quadro rural, etc.

As decisões relativas ao controle são mais pertinentes às medidas corre-

---

<sup>1</sup> Nações Unidas – Documento ST/CCLA/Conf. 30/1.4.

tivas dos meios de execução, cujos efeitos são mais de curto prazo. Esta atividade, contudo, é uma fonte importante de informação para a revisão eventual do plano ou a preparação de outros planos nos anos seguintes.

A organização de um sistema de controle deverá basear-se nos seguintes requisitos:

- a) estabelecimento de critérios que permitam avaliar os resultados;
- b) adoção de um sistema administrativo que revisará e avaliará a execução do plano.

Além disso, o plano deve ser suficientemente flexível de modo a permitir os ajustes requeridos, sem tornar-se susceptível de mudanças orientadas por outros interesses.<sup>(24)</sup>

### Etapas e Níveis de Controle

A prática do controle da execução do plano compreende as seguintes fases:

- a) medição dos resultados obtidos;
- b) exame dos resultados e comparação com as metas;
- c) análise dos desvios e descrição das causas motivadoras do fenômeno;
- d) definição das medidas corretivas;
- e) adoção das medidas corretivas e transmissão das decisões do sistema.

Estas etapas devem ser concomitantes com a execução do plano. A figura 9 ilustra a simultaneidade desse processo.

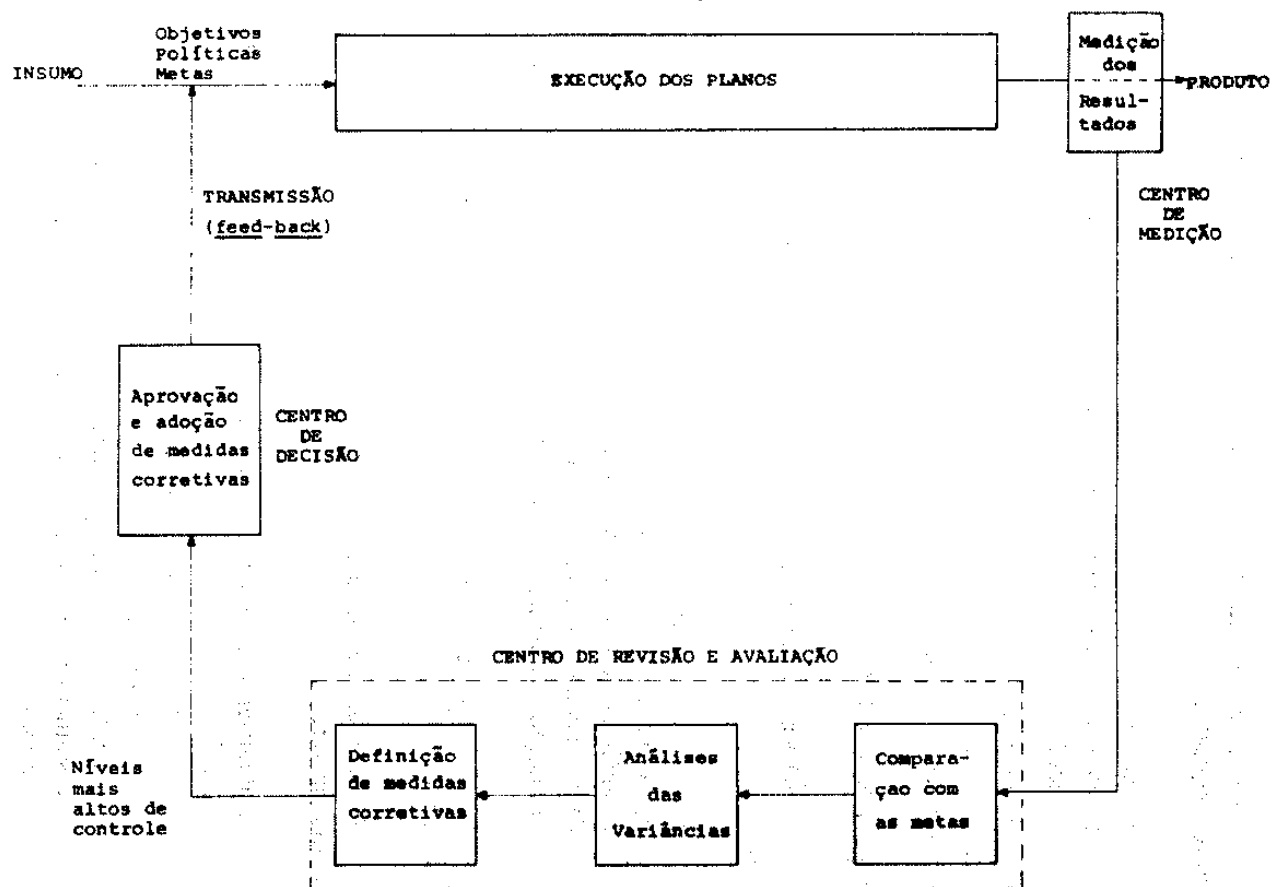
São as seguintes as características de um sistema de controle que atenda ao esquema referido:

- a) abranger todo sistema de execução nos níveis nacional, regional e local;
- b) contemplar os planos, programas e metas, bem como os setores públicos e privados;
- c) o controle da informação deve ser integrado, uniformizando o processamento dos dados e eliminando as duplicidades de coleta dos mesmos.

---

(24) M. Chisholm. "Rural settlement and land-use". London, Hutchison University Library, 1962.

FIGURA 9  
AS ETAPAS DE CONTROLE NA EXECUÇÃO DOS PLANOS(D.R.I.)



Fonte: Baseado nas Nações Unidas. op. cit. p. 441.

A cadeia de controle de execução dos planos pode ser observada também na figura 10. Na figura 11 encontra-se ilustrado o sistema de informação para o controle da execução do plano global, destacando-se o sistema de avaliação econômica e social.

A experiência sobre os sistemas de controle dos países onde esta metodologia foi aplicada indica que, para o sistema ser objetivo, há necessidade das seguintes características:

- a) considerar no processo de controle elementos quantitativos e qualitativos da informação, coletados com periodicidade regular;
- b) sistematização do processo de decisão e de medidas corretivas;
- c) centros de decisão em autoridade para colocar em vigor as medidas corretivas;
- d) adoção de mecanismos de coordenação dos controles nos distintos níveis.

#### Tipos e Quantidade de Informação Para o Controle

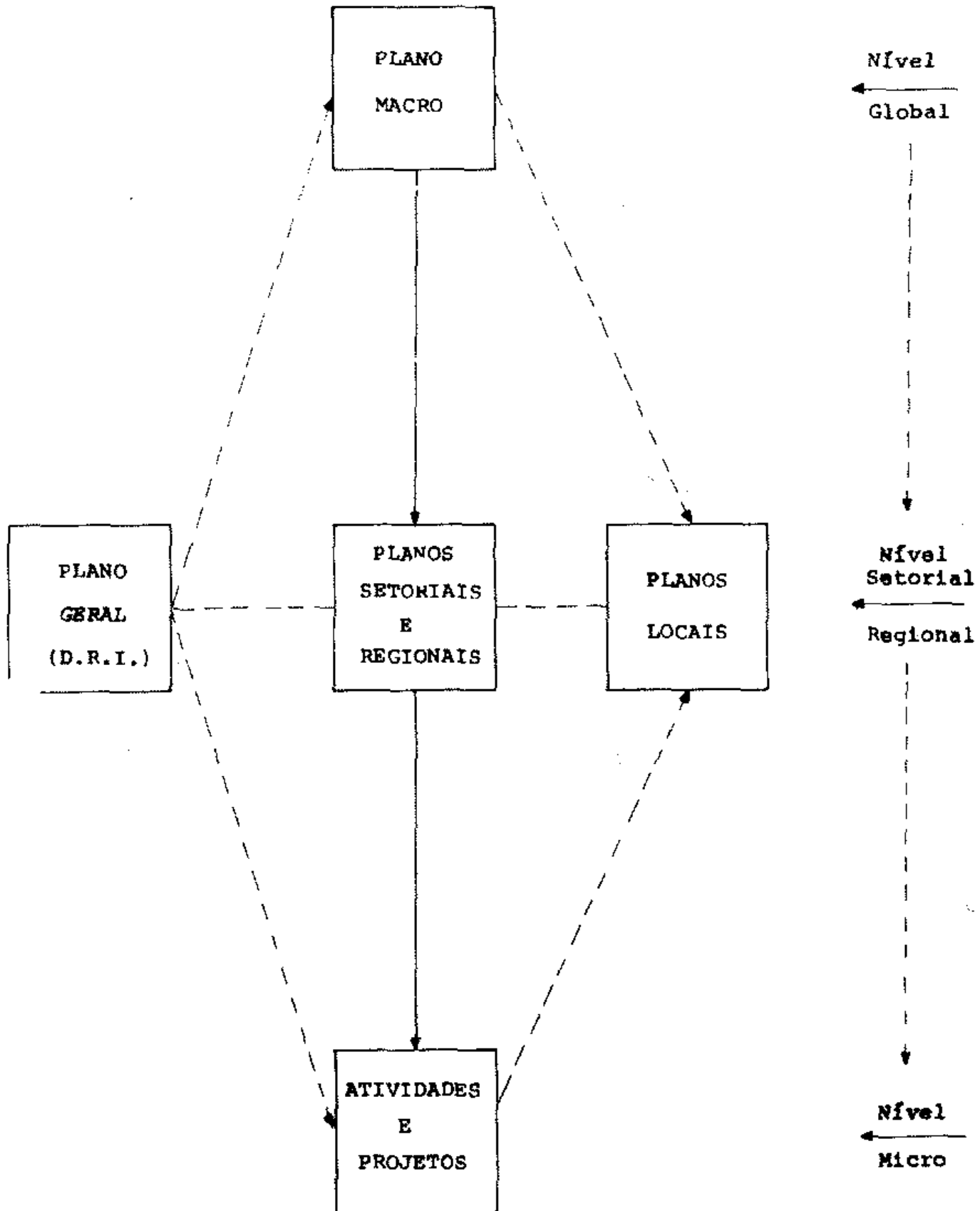
São necessárias informações diversas segundo os vários níveis de controle do projeto (produto obtido no período, análise da meta e eficiência etc.) ao nível setorial-regional e ao nível global. Neste último caso, estão as informações sobre o cumprimento das prioridades setoriais e regionais de inversão, avaliação do comportamento social e cultural do sistema, etc.

Enfim, o controle e avaliação devem considerar os dados e informações sobre as condições sociais, políticas, psicológicas e econômicas. A capacidade de um país ou região depende da vontade interna do povo e da visão decidida dos líderes e governantes. Portanto, é essencial considerar adequadamente estes fatores na avaliação do desempenho dos planos. É evidente que o esquema de avaliação do DRI constante da figura 11, apenas exemplifica a sistemática que deve ser adotada na avaliação econômica e social dos planos globais de desenvolvimento rural integrado. Desse modo, para cada plano haverá necessidade de que sejam identificados claramente os componentes fundamentais ao nível do projeto, bem como, do lado das atividades econômicas contempladas, quanto ao nível setorial.

O julgamento final do grau de objetividade do plano, em decorrência, deverá ser deduzido do confronto ou combinação dos resultados econômicos e sociais pretendidos. Para isto, é indispensável que os objetivos do desenvolvimento econômico e social harmônico estejam sempre presentes para orientar o julgamento final do êxito do plano.

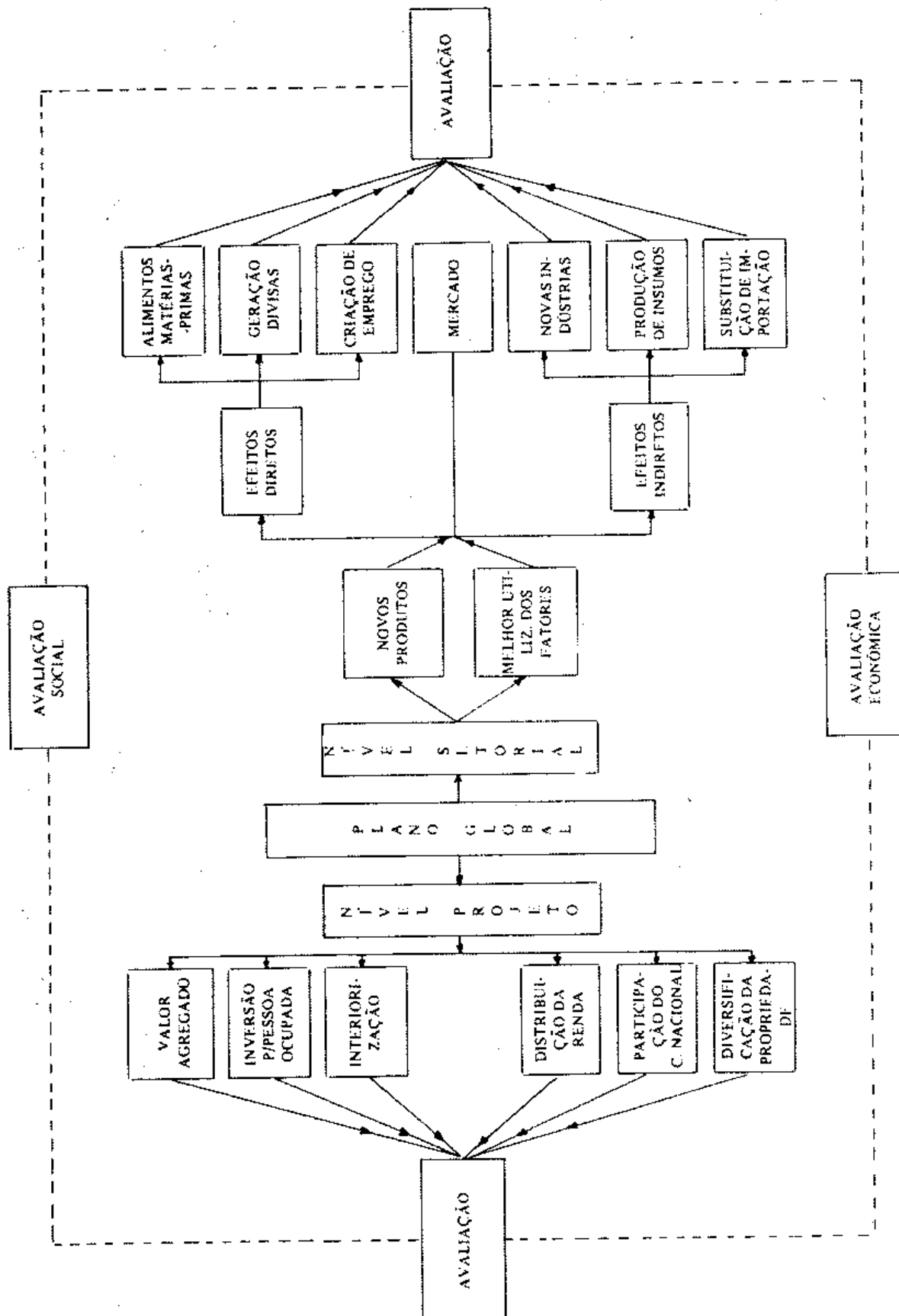


FIGURA 10  
NÍVEL DE CONTROLE



Fonte: Baseado nas Nações Unidas. Formulation and economic appraisal of development projects. New York, 1969.

FIGURA 11  
SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO D.R.I.



Em resumo, como o Dr. Raanan Weitz sempre afirma: "Não é suficiente ter um plano", mas "é necessário que o plano reflita as necessidades e os problemas vistos de baixo para cima e vice-versa". Isto é, os planos devem ser feitos para a execução, através de um sistema que permita comunicação permanente entre os planejadores e os beneficiários dos programas de desenvolvimento rural.

#### Apoio do BNB ao Desenvolvimento Rural Integrado (PROADI)

O Banco do Nordeste do Brasil mantém, desde 1971, um programa de treinamento consubstanciado na realização anual de Cursos de Planejamento e Execução de Programas de Desenvolvimento Rural Integrado (CPEDI). Até agora já foram realizados 11 cursos, com 6 meses de duração cada um, deles participando cerca de 300 técnicos de várias formações profissionais, originários de todos os Estados do Norte e Nordeste do País, pertencentes às principais entidades ligadas à agricultura dessas regiões. O CPEDI é orientado para o adestramento prático dos seus participantes, em equipes interdisciplinares, de acordo com as novas concepções que buscam a elevação dos padrões de vida das populações até agora pouco beneficiadas pelo processo de crescimento regional.

Na verdade, a própria concepção do POLONORDESTE, que representa atualmente o mais importante programa para o setor rural, fundamenta-se nos ensinamentos transmitidos pelo CPEDI e difundidos através de documentos, professores e ex-alunos. Enfim, incorporou-se definitivamente aos planos de desenvolvimento do Nordeste a estratégia de desenvolvimento rural integrado. Há necessidade, porém, de maior compreensão dessa nova metodologia por parte dos responsáveis pelo planejamento e execução de tais projetos, para que não ocorram, na prática, desvios dos seus propósitos originais.

Foram ainda realizadas, como parte do programa de cooperação BNB/Israel, pesquisas sobre industrialização em Comunidades Rurais do Nordeste, Cooperativismo em Áreas de Projetos de Irrigação e cursos de Planejamento Físico e Arquitetura Rural e Difusão de Novas Tecnologias Agrícolas.

A natureza dos trabalhos preparados durante a fase prática dos mencionados cursos é outro fator da validade desse programa, cumprindo assinalar que nos últimos cursos os professores, monitores e alunos elaboraram projetos de desenvolvimento rural integrado no Norte de Sergipe, solicitados pela SUDAP e CODEVASF, e no Vale Médio do Mearim(MA), em área do INCRA, os quais estão em fase de implantação pelas referidas instituições.

Afora essas atividades, outras são executadas com base na equipe incumbida do assunto no Banco, através do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural Integrado (PROADI), tais como, colaboração com o Curso de Mestrado em Economia Rural do Centro de Ciências Agrárias (UFC) e assistência técnica a projetos do POLONORDESTE. Para a execução dessas atividades, o Banco do Nordeste tem contado com a ajuda financeira do MINTER/SUDENE/INCRA/DNOCS, além da participação acadêmica da Universidade Federal do Ceará e a assistência técnica do "Settlement Study Centre de Israel", que tem colaborado com professores desde o início deste programa.

**Abstract:** Integrated rural regional development is a new strategy for planning and execution of the new economic development taking as a basis the rural space. This concept has, as an essential line of direction, the transformation of agriculture and the solution of social and economic problems of the communities in the countryside harmonically and according to principles of compatible social justice. The basis of such doctrine is the simultaneous consideration of the organizational, social, economic and physical aspect, in the development process, as well as of the balanced integration of farming and industrial sectors and also of services in its own rural space. The indiscriminate use of the terminology "integrated rural development" has, however, caused the appearance of many difficulties for the real understanding and adequate utilization of such methodology, not only in Brazil but in other underdeveloped countries. This essay intends to explain didactically, what does consist the above mentioned focusing, having in mind the establishment of the difference between agricultural development, rural development and integrated rural regional development. With this purpose the work, at the beginning, tries to evaluate the integrated rural development distinguishing then, the main aspects of this political strategy, based on the principle of elimination of poverty through the mobilization of human and local resources of the rural zone. Planning and execution of the IRD require especial attention for participation and conception, as well as administrative arrangements peculiar to implementation, observation and reviewing of the plan the way it is stressed in this work. In short, this study tries to explain the principles of the new social and political method of the rural development, entitled IRD.